



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

## Caderno Técnico

**VOLUME 3: PLANO DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS  
FUNDIÁRIOS EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO**

Secretaria de Educação Básica  
Ministério da Educação  
Setembro/2022

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Victor Godoy Veiga

**SECRETARIA EXECUTIVA**

José de Castro Barreto Júnior  
Sylvia Cristina Toledo Gouveia

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

Mauro Luiz Rabelo  
Helber Ricardo Vieira

**DIRETORIA DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Myrian Caldeira Sartori

**COORDENAÇÃO-GERAL DO ENSINO MÉDIO**

Fernando Wirthmann Ferreira  
José Ricardo Albernas Lima  
Adriana Andres  
Patrícia Soares de Oliveira  
Juliana Rocha de Brito  
Helena Maria Tonet

**UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS**

Viviane Ramos da Costa  
Anne Caroline Costa Resende  
Tiago Perfeito Santana  
Graziela C. Martins de Mello  
Filipy Henrique Bonfim Andrade  
Alexandre Hamilton Oliveira  
Diogo Mussalem Smethust  
Kym Kanatto Gomes Melo  
Helanio Gomes Rocha  
Andrea F. Borges de Oliveira  
João Lucas Lopes Miacci  
Nilcea Moreno Silva Rosa da Silva  
Magda Mônica Pereira da Costa

# Sumário

**04**

**Apresentação**

**05**

**Marcos Legais e  
Regulatórios**

**06**

**Justificativa**

**11**

**Objetivos**

**12**

**Conceitos**

**16**

**Metodologia**

**19**

**Ações para  
Gestão de Riscos**

**40**

**Conclusão**

**42**

**Referências**



# Apresentação

Este documento visa ao atendimento da ação nº 9 do *Environmental and Social System Assessment – ESSA*, que faz parte do Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, prevista *Project Appraisal Document – PAD* do Acordo de Empréstimo nº 8812-BR e 8813-BR, referente à Implementação do Novo Ensino Médio, tendo a seguinte ação como foco de alcance de objetivos socioambientais:

**“Varredura da situação fundiária das escolas participantes do Programa de Fomento à Expansão do Ensino Médio em Tempo Integral e elaboração de Plano de Mitigação de Impactos adversos relacionados à aquisição de terrenos nos casos de identificação de não conformidades”.**

Intitulado de Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, este documento técnico apresenta informações acerca da análise e discussão dos dados obtidos por meio da aplicação da Pesquisa Socioambiental da Situação

Fundiária no âmbito das escolas do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

Para a identificação de riscos, objetivando a elaboração deste plano, considera-se (PMI, 2021) que "Risco" é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo em um ou mais objetivos do projeto, devendo ser gerenciado ao longo da implementação do projeto e/ou iniciativa.

O gerenciamento dos riscos do projeto inclui os processos de condução do planejamento, da identificação, da análise, do planejamento das respostas, da implementação das respostas e do monitoramento dos riscos em um projeto. O gerenciamento dos riscos do projeto tem por objetivo aumentar a probabilidade e/ou impacto dos riscos positivos e diminuir a probabilidade e/ou impacto dos riscos negativos, a fim de otimizar as chances de sucesso do projeto.

# Marcos Legais

A legislação vigente, para a temática fundiária em escolas, está embasada nos marcos legais abaixo pontuados, sendo:

- Constituição Federal Art. 205, de 05/10/1988, referente aos **direito de todos e dever quanto a Educação**;
- Portaria MEC nº 2.116 de 06/12/2019, que estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o **Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI**, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;
- Lei Federal nº 13.465, de 11/07/2017, que dispõe sobre a **regularização fundiária rural e urbana**, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal;
- Parecer 00021/2021/GAB/PFE-FUNAI-PAS/PGF/AGU, de 27/10/2021, referente ao encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada, para que sejam produzidas outras orientações/considerações, para que o município de José Boiteux/SC possa obter a **autorização da construção de escola na TI Laklänō**;
- Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 15, de 18/05/2018, que dispõe sobre as **atividades ou empreendimentos de iniciativa dos povos indígenas** em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento ambiental;
- Resolução/CD/FNDE nº 10, de 28/03/2006, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos **projetos educacionais no âmbito da educação escolar indígena**, em 2006;
- Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 107, de 18/10/2021; que define critérios e procedimentos administrativos para **destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária**, sob o domínio do Incra ou da União.
- Decreto Federal nº 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das **terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos** de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Legislações, no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), referente à **Contratos da Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)**; e,
- Legislações estaduais e distrital **específicas quanto a questões fundiárias**.

# Justificativa

A regularização fundiária é um requisito legal brasileiro, tratado pela Lei Federal nº 13.465, de 11/07/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, que institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Adicionalmente, a pesquisa, bem como a elaboração deste Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, visam cumprir o previsto nas diretrizes socioambientais do Banco Mundial, com base na salvaguarda de nº 5, que aborda a “Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reassentamento involuntário”, bem como a ação nº 9 do ESSA de realizar a “Varredura da situação fundiária das escolas participantes do Programa de Fomento à Expansão do Ensino Médio em Tempo Integral e elaboração de plano de mitigação de impactos adversos relacionados à aquisição de terrenos nos casos de identificação de não conformidades”.

Sendo assim, a questão fundiária abarca riscos técnicos, administrativos, financeiros e jurídicos relacionados ao direito de uso da terra, bem como a investimento de recursos públicos em unidades escolares. A questão fica mais fragilizada em escolas de baixo Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse), deixando-as expostas à riscos legais que enfraquecem a segurança do imóvel, por conseguinte, dos serviços educacionais ofertados em unidades escolares com irregularidades fundiárias.



# Importância da regularização fundiária

Conforme apresentado nos requisitos legais, em suas diferentes instâncias e abordagens, a regularização fundiária é algo fundamental para a segurança do território, da infraestrutura e daqueles que usufruem, direta e indiretamente, dos serviços prestados pela instituição que faz uso daquele espaço.

Seja em área urbana, rural, indígena, quilombola, assentamento, dentre outras, o território é regido por leis, normas e regulamentos que sistematizam seu uso, sendo necessário ter comprovações legais de que o usuário tem os direitos e deveres pelo imóvel.

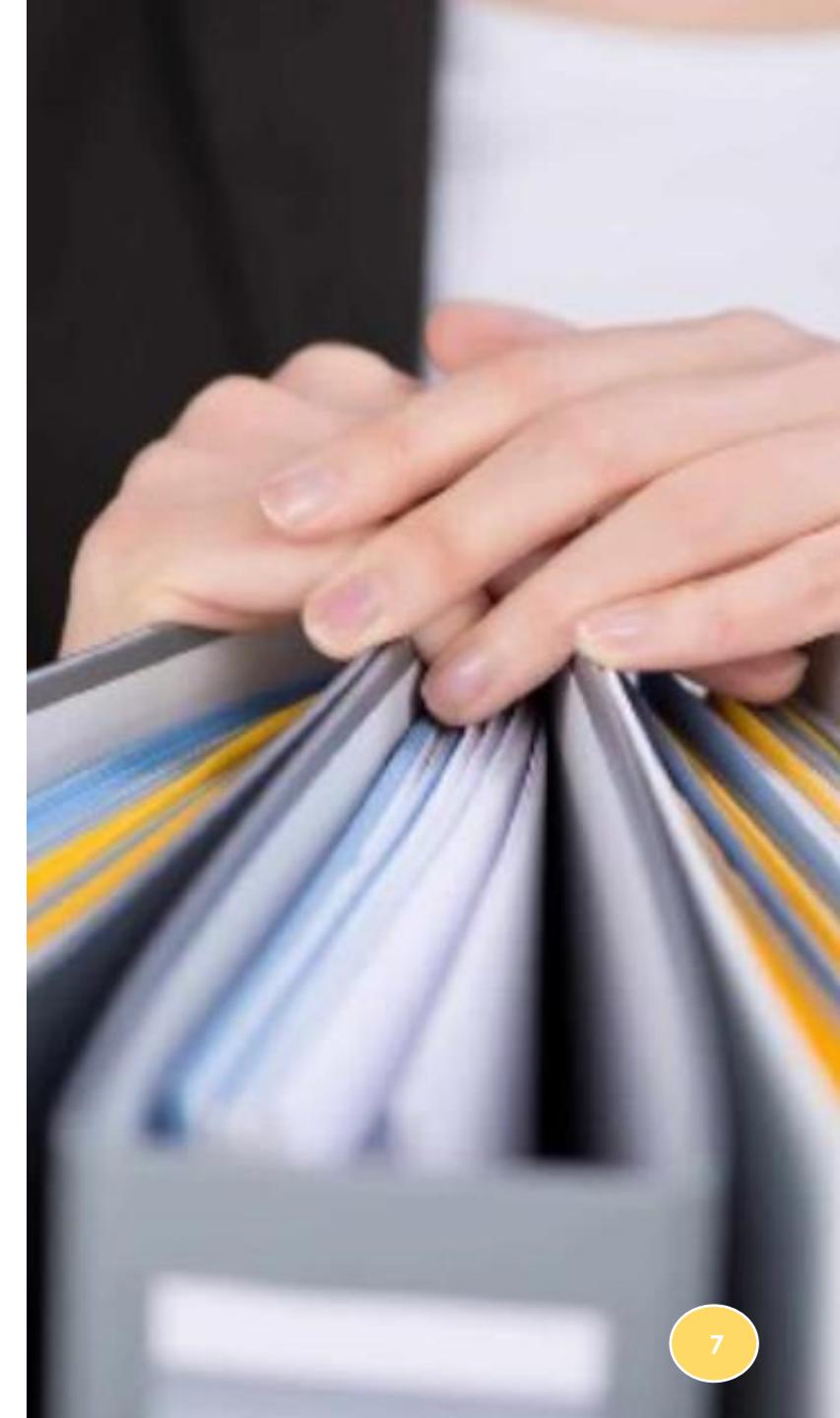
Conforme previsto no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, a segurança fundiária é um assunto sensível, por envolver fatores administrativos, jurídicos e financeiros, exposta à questões contratuais, ambientais e sociais diante de variáveis externas que impactam, ou possam impactar em algum momento, o funcionamento da escola, e por conseguinte, a plena prestação de serviços educacionais públicos à sociedade.

Para tratar das importâncias relacionadas à necessidade de investir esforços, pela esfera estadual ou distrital, para a regularização fundiária de escolas, é essencial compreender as importâncias específicas em diferentes óticas, tendo sempre o território como centro da avaliação.

Sendo assim, as principais óticas de importâncias na regularização fundiária, apresentadas com mais detalhes nas páginas seguintes, são:

- Gerencial;
- Social e Ambiental; e,
- Documental.





## Importância Gerencial

**Gerencialmente**, a situação fundiária tem relação direta com a segurança da prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica organizacional e gerencial, contemplando:

- Segurança administrativa;
- Relacionamento entre escola e SEE; e,
- Estratégias fundiárias para solucionar lacunas gerenciais.

A segurança administrativa se refere à situação de “não fragilidade”, quanto ao enquadramento de regularidade fundiária, podendo ser causada pela falta de informações; não acesso à documentos legais; não existência de comprovações de atendimento de obrigações legais, não geração e armazenamento de evidências; dentre outras que afetam a garantia da segurança administrativa para a contínua prestação de serviços educacionais no imóvel em que a escola funciona.

O relacionamento entre escola e Secretaria Estadual ou Distrital de Educação (SEE) se refere ao acesso a documentos legais oficiais, e atualizados, referente às questões fundiárias da escola, uma vez que as atribuições administrativas do terreno e imóvel, onde a escola está em funcionamento, é de responsabilidade da SEE, quando a unidade escolar for estadual ou distrital.

As estratégias fundiárias para solucionar lacunas gerenciais se referem às questões de responsabilidade da própria escola, estando diretamente ligadas ao dia-a-dia do funcionamento escolar, como é o caso do cumprimento de condicionantes e requisitos da licença de funcionamento; da licença ambiental; da vigilância sanitária; dos bombeiros; da polícia; da secretaria de saúde; bem como das recomendações e obrigações estabelecidas pela própria secretaria de educação municipal e estadual.



# Importância Social e Ambiental

**Social e ambientalmente**, a situação fundiária tem relação direta com a segurança da prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica legal de relação com as pessoas e ambiente, contemplando:

- Segurança física da infraestrutura;
- Obtenção de licenças ambientais; e,
- Atendimento a requisitos legais socioambientais.

A segurança física da infraestrutura se refere às atividades de manutenção preventiva (antes da ocorrência de problemas), bem como de manutenção corretiva (para o solucionamento de problemas) da infraestrutura escolar. A segurança física está relacionada aos aspectos estruturais; hidráulica (água e esgoto); elétrica; acessibilidade; equipamentos e instalações de combate a incêndios; piso; telhado; cercamento; dentre outras instalações existentes nas escola.

A obtenção de licenças ambientais se refere aos processos, sendo estes prévios, durante ou posterior à implantação da infraestrutura escolar, com a devida obtenção de documento formal para seu funcionamento, garantindo o cumprimento de condicionantes relacionadas a água; esgoto; uso do solo; construção e reforma de edificações; poluição (ar, solo, água e visual); mobilidade; acessibilidade; dentre outros.

O atendimento a requisitos legais socioambientais se refere a obrigações relacionadas à segurança da comunidade escolar, bem como daqueles que estão convivendo no entorno da escola, abrangendo a área de influência direta e indireta de sua localização, tendo em vista as obrigações diante do zoneamento urbanístico e atividades realizadas na escola, resguardando a segurança de todos.



## Importância Documental

**Documentalmente**, a situação fundiária tem relação direta com a segurança da prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica de instrumentos legais oficiais, contemplando:

- Histórico fundiário;
- Identificação de gargalos; e,
- Atualização instrumental.

O histórico fundiário se refere à contínua atualização documental, bem como o resgate histórico, de arquivos e documentos que validam e asseguram o funcionamento da escola dentro dos requisitos legais fundiários. Seja por direito de posse, doação, concessão, propriedade pública ou aluguel, o usuário daquele imóvel precisa ter em mãos a documentação necessária para comprovar o regular funcionamento da escola no território.

A identificação de gargalos se refere a busca ativa de necessidades de atendimento aos requisitos das diversas instâncias públicas que regem e fiscalizam o funcionamento da escola. O gerenciamento de condicionantes e requisitos deve ser algo rotineiro no dia-a-dia da escola, garantindo a segurança da comunidade escolar no território e infraestrutura de funcionamento de suas atividades.

A atualização instrumental se refere ao monitoramento de prazos e cláusulas contidas em documentos legais oficiais. A validade instrumental de contratos, licenças, anuências, laudos, certidões de matrícula, alvará de funcionamento e escrituras, precisam ser geridas de forma a reduzir a probabilidade e o impacto de riscos técnicos, jurídicos, administrativos e financeiros, garantindo o pleno funcionamento da escola.



## Objetivo Geral

O objetivo geral foi realizar a varredura da situação fundiária em escolas, habilitadas e participantes do Programa EMTI em 2022, bem como a elaboração do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, a fim de orientar e incentivar a regularização de escolas de ensino médio.

## Objetivos Específico

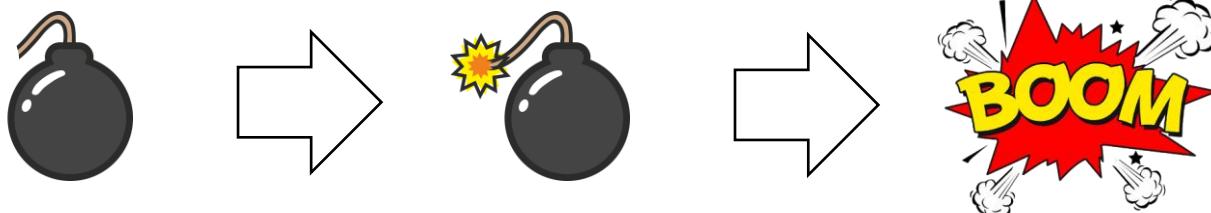
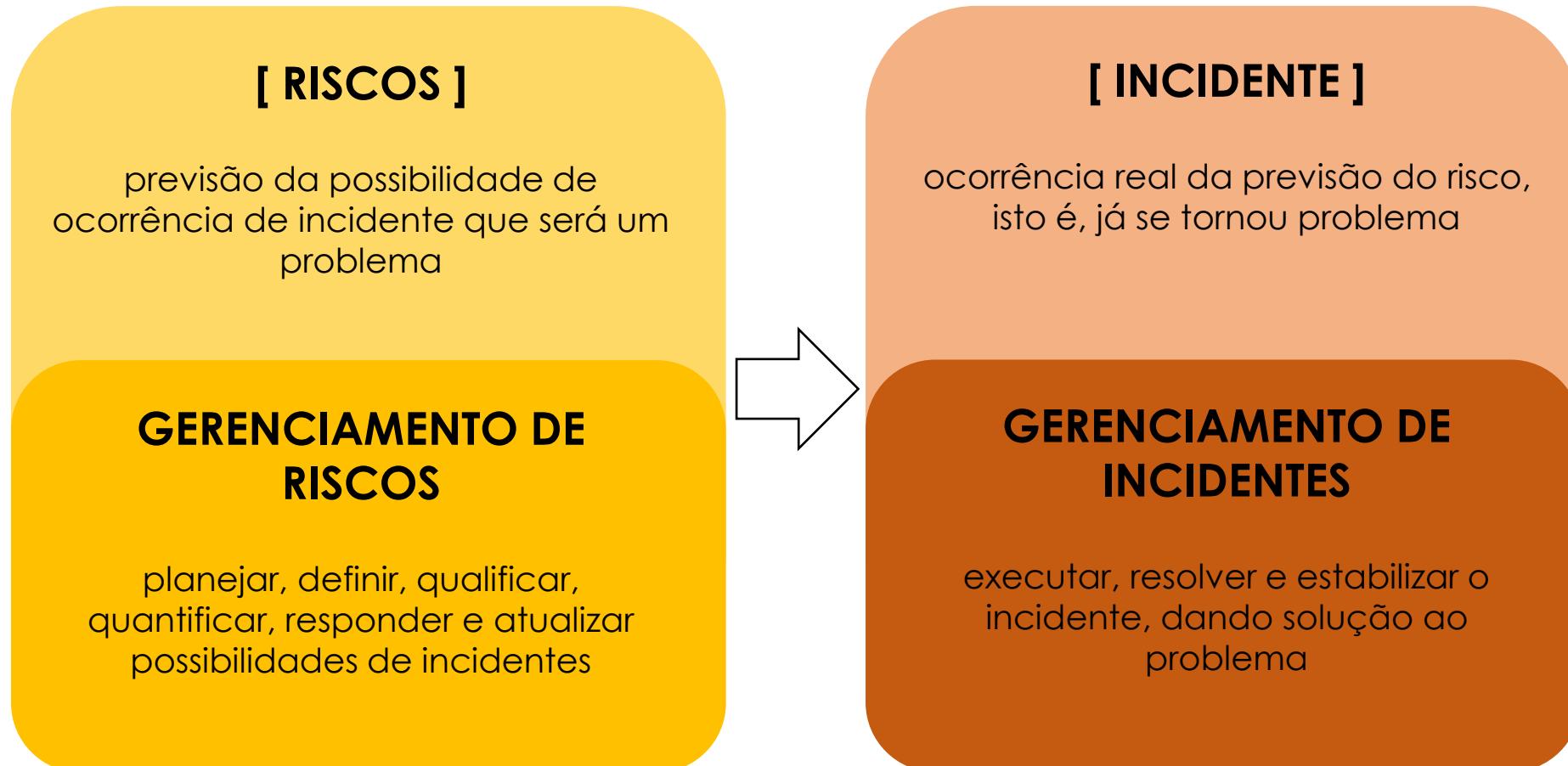
Para o alcance dos objetivo geral, foi necessário alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Validar o atendimento aos aspectos requeridos para os Planos de Implementação (PLIs) dos estados e do Distrito Federal considerando o que preconiza a quarta Portaria de adesão ao EMTI;
- Identificar as fragilidades, no âmbito do Programa EMTI, diante dos requisitos legais relacionados à questões fundiárias;
- Identificar as necessidades de melhoria da gestão fundiária em escolas do Programa EMTI;
- Obter informações para subsidiar a elaboração do Guia de Gestão Socioambiental e formação para equipes técnica do MEC e SEEs; e,
- Elaborar o Plano de Mitigação de Impactos Fundiários.

# Conceitos/ Glossário

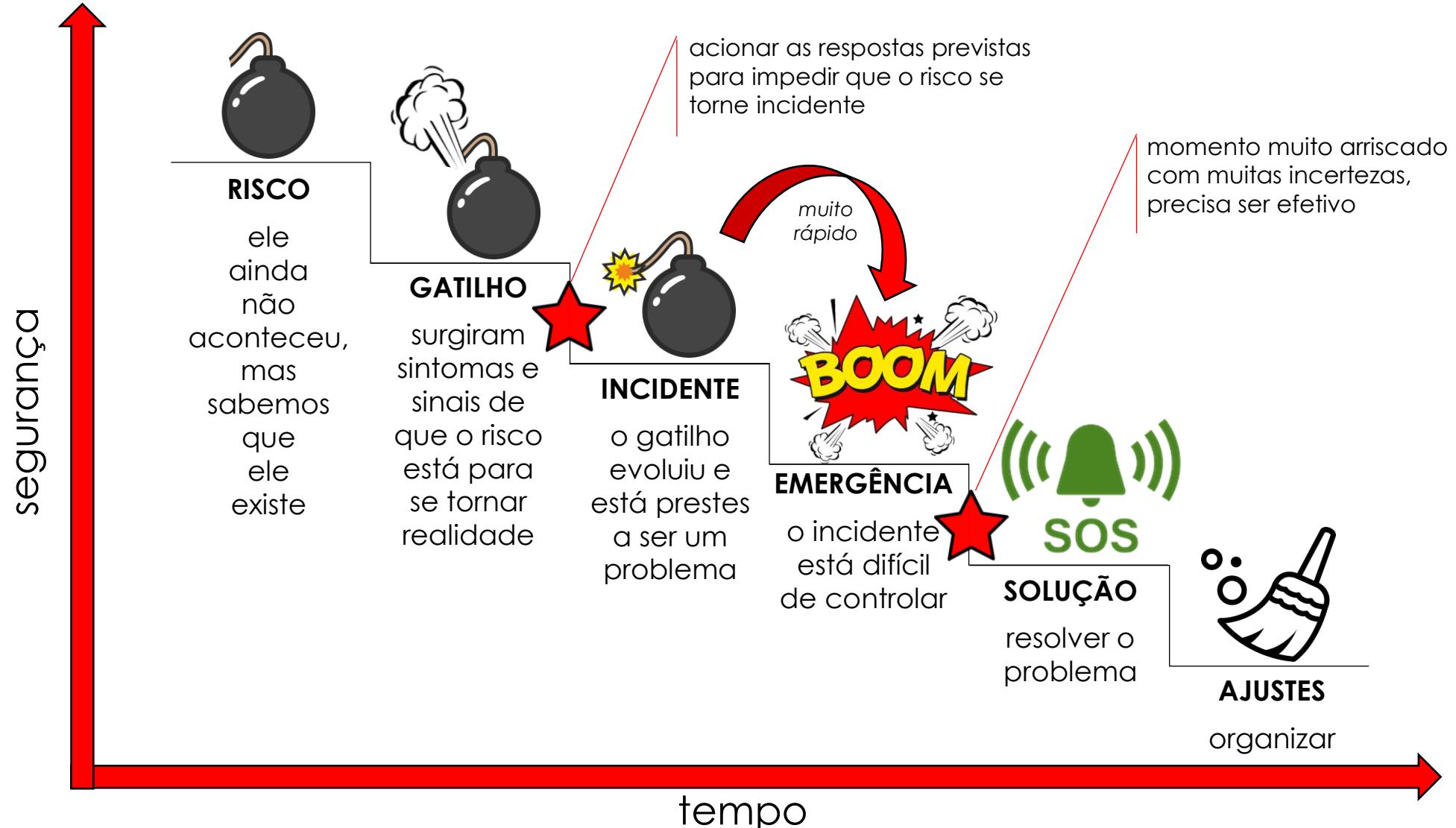
ITEM	FONTE	TIPOLOGIA	RISCO
Numeração de riscos	Origem do risco, por parte interessada, podendo ser classificada em: MEC, SEE ou ESCOLA	Enquadramento do risco conforme sua natureza, podendo ser classificada em: Documental, Infraestrutura, Localização, Gestão, Equipamentos ou Financeiro	Um risco (R) é um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo em um ou mais objetivos do projeto, relacionando probabilidade (P) e impacto (I), sendo: $R = P \times I$
PROBABILIDADE	IMPACTO	POTENCIAL	MEDIDA
Chances do risco se tornar realidade, podendo ser classificada em: Quase certa, Alta, Média, Baixa ou Rara	Impacto financeiro, caso o risco se torne realidade, podendo ser classificado em: Gravíssimo, Grave, Médio, Leve ou Sem	Enquadramento do risco, pelo cruzamento da probabilidade e impacto da matriz, calibrada diante do assunto fundiário em escolas, podendo ser classificada em: Extremo, Elevado, Moderado ou Baixo	O que pode ser feito para mitigar o risco, isto é, reduzir a probabilidade de ocorrência ou reduzir o impacto caso venha a ocorrer
GATILHO	ESTRATÉGIA	RESPOSTA	ICONE
Sinal, sintoma ou processo que dá sensação de que o risco está próximo de se tornar realidade	Estratégia para resposta ao risco, sendo ele negativo ou positivo. Os Negativos, podendo ser classificados em: Eliminar, evitar ou prevenir; Transferir; Mitigar; ou, Aceitar. Os Positivos, podendo ser classificado em: Explorar, Compartilhar, Melhorar ou Aceitar	Ação a ser feita assim que o risco se tornar realidade, sendo uma ação de redução, compensação ou anulação dos incidentes e emergência	Alguma figura que identifique graficamente o risco

# Conceitos/ Gerenciamento



# Conceitos/ Relação: Segurança x Tempo

O quadro abaixo apresenta a relação tipologias para a classificação de riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:



# Conceitos/ Estratégias

Diante da identificação dos riscos, sendo ele **positivo** (que possibilita a geração de benefícios) e **negativo** (que possibilita a geração de dificuldades), há diferentes estratégias que podem ser adotadas, sendo:

## ESTRATÉGIAS PARA RISCOS POSITIVOS

### Explorar

Tenta eliminar a incerteza do risco, fazendo que a oportunidade surja

### Compartilhar

A organização poderá juntar-se a uma outra parte para potencializar os ganhos

### Melhorar

É contrário de mitigar no risco negativo, é aumentar a probabilidade dos impactos positivos pela maximização dos principais acionadores do risco

### Aceitar

Aceitar a oportunidade e colher frutos dela

## ESTRATÉGIAS PARA RISCOS NEGATIVOS

### Eliminar, evitar ou prevenir

O plano de gerenciamento do projeto é alterado a fim de resolver a questão do risco

### Transferir

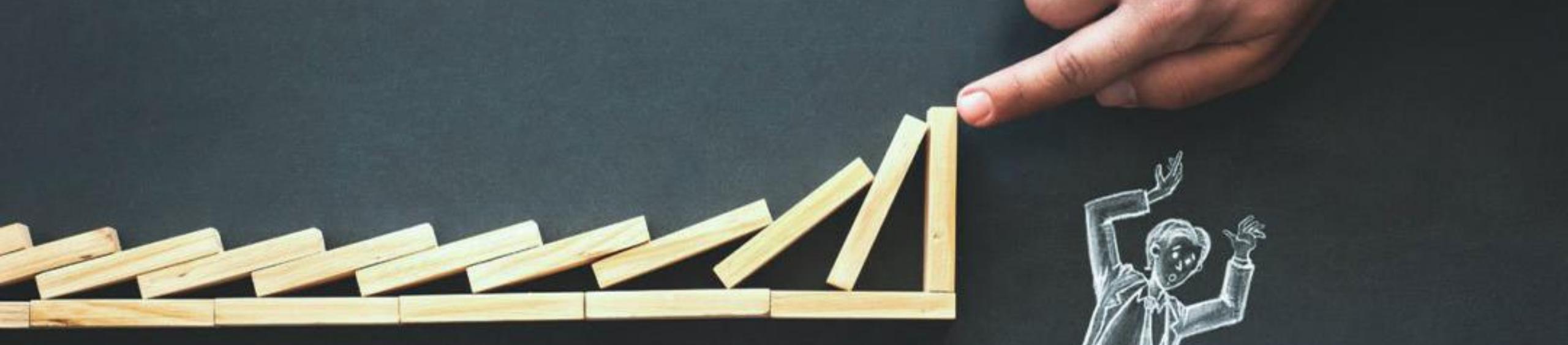
O risco é passado a terceiros (seguro, títulos de desempenho) e, inclusive, a responsabilidade dessas respostas. Essa medida não vai eliminar o risco, mas transferir o impacto, caso realmente ocorra

### Mitigar

São ações que diminuem a probabilidade de ocorrências e o impacto das ocorrências

### Aceitar

Pela falta de opções viáveis, nenhuma medida é tomada, a não ser no caso da ocorrência real do risco. Na aceitação ativa, será estabelecida uma reserva para contingência. Na aceitação passiva não são planejadas ações, simplesmente a equipe terá que lidar com as consequências à medida que aconteçam



# Metodologia

Para a elaboração do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, foi necessário realizar as seguintes atividades:

- Identificação de riscos
- Classificação do risco
  - Tipologia
  - Potencial
- Definição das estratégias de gestão de riscos
  - Medida
  - Gatilho
  - Resposta
  - Identificação gráfica

## **Matriz de Riscos**

Quadro que relaciona as opções de probabilidade (P) e impacto (I), calibradas de acordo com o assunto de análise de riscos, classificando em riscos: extremos, elevados, moderados ou baixos

## **Tipologia**

Enquadramento de riscos, conforme sua natureza (“fundiário” para este plano de mitigação), estando classificados em: Documental, Infraestrutura, Localização, Gestão, Equipamentos ou Financeiro

## **Quantitativos**

Relação de riscos, conforme classificações de tipologia e matriz, gerando a quantidade, por classe, para fins de hierarquização e tomada de decisão

# Metodologia/ Tipologia

O quadro abaixo apresenta a relação tipologias para a classificação de riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:

TIPOLOGIA	DESCRÍÇÃO DOS RISCOS E EMERGÊNCIAS	ICONE
DOCUMENTAL	<b>Relacionadas à busca, reunião e geração de documentos</b> (plantas de projeto de infraestrutura, licenças, alvará, contratos, escritura, matrícula, outros)	
EQUIPAMENTOS	<b>Relacionadas à existência de equipamentos de segurança</b> (equipamento de segurança, extintores de incêndio, alarmes, sinalização, outros)	
LOCALIZAÇÃO	<b>Relacionadas à localização da escola</b> (zoneamento urbanístico, terreno em uso, endereço de funcionamento, outros)	
GESTÃO	<b>Relacionadas ao envolvimento dos gestores educacionais</b> (atuação de Diretores Escolares, Coordenadores e Secretários Estaduais, Gestores Federais, outros)	
INFRAESTRUTURA	<b>Relacionadas ao uso de infraestrutura alugada</b> (contratos, concessões, aluguel, empréstimo de edificações escolares de terceiros, outros)	
FINANCEIRO	<b>Relacionadas à recursos de capital</b> (recebimento e captação de recursos, reformas e obras preventivas e corretivas, outros)	

# Metodologia/ Matriz de Riscos

O quadro abaixo apresenta a matriz de riscos, calibrada para análise dos riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:

RISCO		IMPACTO				
		SEM	LEVE	MÉDIO	GRAVE	GRAVÍSSIMO
PROBABILIDADE	QUASE CERTA	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Red
	ALTA	Green	Yellow	Yellow	Yellow	Red
	MÉDIA	Green	Green	Yellow	Yellow	Yellow
	BAIXA	Grey	Green	Green	Yellow	Yellow
	RARO	Grey	Grey	Green	Green	Yellow
BAIXO		MODERADO		ELEVADO		EXTREMO

# Ações para Gestão de Riscos

Com a aplicação da metodologia, anteriormente apresentada, foi realizada a identificação, classificação, análise, elaboração de sugestões de respostas aos riscos, bem como recomendações de monitoramento e controle referentes à situação fundiária das escolas de ensino médio.

Para isto, foram sugeridas ações de monitoramento e resposta para mitigar, isto é, reduzir a probabilidade e/ou impacto, caso o risco se torne um fato (problema), conforme listados abaixo:

## **Medida**

O que pode ser feito para mitigar o risco, isto é, reduzir a probabilidade de ocorrência ou reduzir o impacto caso venha a ocorrer

## **Gatilho**

Sinal, sintoma ou processo que dá sensação de que o risco está próximo de se tornar realidade

## **Resposta**

Ação a ser feita assim que o risco se tornar realidade, sendo uma ação de redução, compensação ou anulação dos incidentes e emergência

Sendo assim, nas páginas seguintes, estão as fichas de gestão de riscos dentre as quatro classificações de potencial, sendo: extremo, elevado, moderado e baixo.



# Riscos Extremos

RISCO	Paralisação da escola, por conseguinte das aulas, motivada pela irregularidade fundiária	POTENCIAL	<b>EXTREMO</b>
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/ Iniciar o processo de regularização fundiária	PROBABILIDADE	alta
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a localização da escola no terreno em questão	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/ Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária	ÍCONE	

# Riscos Extremos

RISCO	Necessidade de desapropriação escolar motivada pela irregularidades na localização	POTENCIAL	<b>EXTREMO</b>
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/ Iniciar o processo de regularização fundiária	PROBABILIDADE	quase certa
GATILHOS	Surgimento de obras de interesse social nas proximidades, onde a escola se localiza na área de influência direta desta obra, requisitando sua desapropriação e realocação (ex.: rodovias, linhas de transmissão, dentre outras obras)	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/ Negociar os procedimentos de desapropriação e realocação da escola para área devidamente regularizada	ÍCONE	

# Riscos Extremos

RISCO	Necessidade de ocupação da infraestrutura, ou terreno, de escolas alugadas	POTENCIAL	<b>EXTREMO</b>
MEDIDAS	Elaborar e/ou revisar contrato de locação, retificando cláusulas frágeis quanto a vigência, garantias, direitos e deveres diante da infraestrutura alugada da escola	PROBABILIDADE	alta
GATILHOS	Proximidade do término do prazo do contrato e/ou observação de interesses de troca de locatário por questões diversas (econômica, política, etc)	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Identificar oportunidades para realocação da escola para área ou infraestrutura própria para segurança fundiária	ÍCONE	

# Riscos Elevados

<b>RISCO</b>	Dificuldades na gestão de processo de regularização fundiária em escolas localizadas em áreas diferenciadas (terra indígena, remanescente quilombola e assentamento)	<b>POTENCIAL</b>	<b>ELEVADO</b>
<b>MEDIDAS</b>	Solicitar apoio, bem como manter proximidade, dos órgãos responsáveis pela gestão de áreas indiferenciadas, sendo: Incra, Funai e Fundação Cultural Palmares	<b>PROBABILIDADE</b>	quase certa
<b>GATILHOS</b>	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a localização da escola no terreno em questão	<b>IMPACTO</b>	médio
<b>RESPOSTAS</b>	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/ Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária	<b>ÍCONE</b>	

# Riscos Elevados

RISCO	Assunto de irregularidade fundiária escolar se tornar pauta na mídia	POTENCIAL	<b>ELEVADO</b>
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/ Iniciar o processo de regularização fundiária	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Surgimento de casos extremos, envolvendo paralisação de aulas em escolas, por motivos de irregularidade fundiária, acarretando na pauta estendida pela mídia	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/ Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária	ÍCONE	

# Riscos Elevados

<b>RISCO</b>	Perda de informações fundiárias devido à rotatividade da gestão escolar em seus diferentes níveis organizacionais (escolar, municipal, estadual e/ou federal)	<b>POTENCIAL</b>	<b>ELEVADO</b>
<b>MEDIDAS</b>	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola	<b>PROBABILIDADE</b>	média
<b>GATILHOS</b>	Recorrência de rotatividade de gestores nas diferentes instâncias, principalmente na SEE e na escola, com não priorização de regularização fundiária	<b>IMPACTO</b>	gravíssimo
<b>RESPOSTAS</b>	Iniciar o processo de regularização fundiária	<b>ÍCONE</b>	

# Riscos Elevados

RISCO	Denúncia por falta de laudo do bombeiros	POTENCIAL	<b>ELEVADO</b>
MEDIDAS	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/ Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a segurança da escola, e comunidade escolar, quanto a falta de ações de segurança contra incêndios	IMPACTO	grave
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/ Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros	ÍCONE	

# Riscos Elevados

<b>RISCO</b>	Fiscalização, com emissão de notificação, por não existência de laudo dos bombeiros	<b>POTENCIAL</b>	<b>ELEVADO</b>
<b>MEDIDAS</b>	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/ Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros	<b>PROBABILIDADE</b>	baixa
<b>GATILHOS</b>	Demanda municipal corrente, randômica ou por fragilidades, ou denúncia, de fiscalização de regularização da segurança de infraestrutura	<b>IMPACTO</b>	grave
<b>RESPOSTAS</b>	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/ Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros	<b>ÍCONE</b>	

# Riscos Elevados

<b>RISCO</b>	Denúncia por falta de equipamentos de combate a incêndios	<b>POTENCIAL</b>	<b>ELEVADO</b>
<b>MEDIDAS</b>	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/ Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros	<b>PROBABILIDADE</b>	média
<b>GATILHOS</b>	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a segurança da escola, e comunidade escolar, devido a falta de equipamentos de combate a incêndios	<b>IMPACTO</b>	gravíssimo
<b>RESPOSTAS</b>	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/ Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros	<b>ÍCONE</b>	

# Riscos Elevados

<b>RISCO</b>	Fiscalização, com emissão de notificação, por não existência de equipamentos de combate a incêndio	<b>POTENCIAL</b>	<b>ELEVADO</b>
<b>MEDIDAS</b>	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/ Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros	<b>PROBABILIDADE</b>	média
<b>GATILHOS</b>	Demanda municipal corrente, randômica ou por fragilidades, ou denúncia, de fiscalização de regularização da segurança de infraestrutura	<b>IMPACTO</b>	gravíssimo
<b>RESPOSTAS</b>	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/ Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros com instalação dos equipamentos de segurança	<b>ÍCONE</b>	

# Riscos Elevados

<b>RISCO</b>	Não ter recurso disponível para reformas/obras corretivas por não ter investido em ações preventivas	<b>POTENCIAL</b>	<b>ELEVADO</b>
<b>MEDIDAS</b>	Criar uma lista de ações preventivas da infraestrutura escolar, hierarquizar e implementar as reformas necessárias	<b>PROBABILIDADE</b>	alta
<b>GATILHOS</b>	Identificação de pequenos problemas na infraestrutura escolar	<b>IMPACTO</b>	média
<b>RESPOSTAS</b>	Alocação de recursos de programas federais, ou estaduais, para a implementação de ações preventivas, antes da necessidade de ações corretivas	<b>ÍCONE</b>	\$

# Riscos Moderados

RISCO	Denúncia por falta de licenciamento ambiental	POTENCIAL	<b>MODERADO</b>
MEDIDAS	Desenvolver atividades socioambientais que demonstre responsabilidade da escola/ Iniciar o processo de obtenção da licença de operação	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a atividades socioambientais inadequadas realizadas pela escola	IMPACTO	médio
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de ações socioambientais da escola/ Apresentar a evolução do processo de obtenção da licença de operação	ÍCONE	

# Riscos Moderados

RISCO	Fiscalização, com emissão de notificação, motivada pela não existência de licença ambiental	POTENCIAL	<b>MODERADO</b>
MEDIDAS	Desenvolver atividades socioambientais que demonstre responsabilidade da escola/ Iniciar o processo de obtenção da licença de operação	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Demanda municipal corrente, randômica ou por fragilidades ou denúncia, de fiscalização de empreendimentos sem licença ambiental	IMPACTO	média
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de ações socioambientais da escola/ Apresentar a evolução do processo de obtenção da licença de operação	ÍCONE	

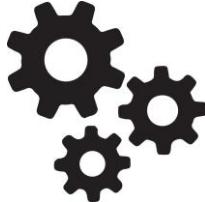
# Riscos Moderados

RISCO	Atraso na aprovação de reformas e obras por não possuir planta do projeto da escola	POTENCIAL	<b>MODERADO</b>
MEDIDAS	Contratar empresa ou profissional especializado para a elaboração da planta “as built” da escola	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Retrabalho, em obras e reformas, por não saber do projeto hidráulico, elétrico, estrutural, dentre outros da escola	IMPACTO	média
RESPOSTAS	Após obtenção da planta “as built”, obter a ciência da SEE, bem como obter as licenças necessárias diante das obras correntes	ÍCONE	

# Riscos Moderados

RISCO	Não priorização de regularização fundiária da escola	POTENCIAL	<b>MODERADO</b>
MEDIDAS	Apresentação da situação fundiária da escola para a Gestão da SEE, apresentando os riscos em que a escola está enquadrada	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Falta de apoio e interesse da Gestão da SEE para a montagem do dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola	IMPACTO	leve
RESPOSTAS	Abertura de processo formal, entre escola e SEE, para a necessidade de regularização fundiária da escola	ÍCONE	

# Riscos Moderados

RISCO	Apoio, em rede, entre escolas que passaram por processos de regularização, apoiando aquelas decidirem se regularizar	POTENCIAL	<b>MODERADO</b>
MEDIDAS	Dar visibilidade aos casos de sucesso, em regularização fundiária, como exemplo a ser seguido por outras escolas que passam por problemas similares	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Identificação de escolas que conseguiram solucionar a situação fundiária com sucesso	IMPACTO	sem
RESPOSTAS	Fomentar a troca de experiência, na rede nacional, bem como realizar capacitações e publicação do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários	ÍCONE	

# Riscos Baixos

RISCO	Denúncia motivada pela falta de documento do imóvel	POTENCIAL	<b>BAIXO</b>
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/ Iniciar o processo de regularização fundiária	PROBABILIDADE	rara
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a localização da escola no terreno em questão	IMPACTO	leve
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/ Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária	ÍCONE	

# Riscos Baixos

RISCO	Fiscalização, com emissão de notificação, motivada por irregularidades na construção da escola	POTENCIAL	<b>BAIXO</b>
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/ Iniciar o processo de regularização fundiária	PROBABILIDADE	rara
GATILHOS	Demanda municipal corrente, randômica ou por fragilidades ou denúncia, de fiscalização de imóveis irregulares	IMPACTO	leve
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/ Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária	ÍCONE	

# Resultado/ Quantitativos

O quadro abaixo apresenta o quantitativo, por tipologia e potencial de riscos, conforme análise de classificação na matriz e planejamento da gestão de riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:

RISCOS ELENCADOS		POTENCIAL			
TIPOLOGIA	TOTAL	BAIXO	MODERADO	ELEVADO	EXTREMO
DOCUMENTAL	<b>6</b>	1	3	2	0
EQUIPAMENTOS	<b>2</b>	0	0	2	0
LOCALIZAÇÃO	<b>2</b>	1	0	0	1
GESTÃO	<b>6</b>	0	2	3	1
INFRAESTRUTURA	<b>1</b>	0	0	0	1
FINANCEIRO	<b>1</b>	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>3</b>



# Conclusão

Diante dos riscos, conforme probabilidades e impactos analisados e discutidos, seguem **sugestões** para a implementação do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, sendo:

- Incentivar as SEEs e escolas, bem como dar apoio técnico, para a regularização fundiária das escolas do Programa EMTI;
- Ofertar formação socioambiental, na temática específica fundiária, à profissionais do MEC, SEEs e setores de interesse;
- Dar apoio à Gestão MEC na análise dos dados para hierarquização de ações na temática socioambiental fundiária;
- Aplicar nova pesquisa de varredura fundiária, em período futuro, para verificação do impacto das ações da varredura;
- Incentivar as SEEs, considerando a temática frágil, quanto a situação fundiária, diante da aplicação dos critérios de classificação de regularidade; e,
- Dar visibilidade e atenção ao Plano de Mitigação de Impactos Fundiários para resultar em benefícios às SEEs e regularização de escolas com pendências fundiárias.

Como **recomendações** de estratégias de monitoramento e controle de riscos fundiários, é importante:

- Identificar em qual nível de risco a escola está exposta;
- Hierarquizar ações de gestão de riscos fundiários para tomada de decisão em implementações;
- Criar um cronograma, definindo responsáveis, por ação de gestão de riscos fundiários;
- Acompanhar a implementação das ações, verificando as dificuldades e necessidades de mudança de rota, conforme estratégia predefinida;
- Alcançar os resultados esperados, de forma a regularizar a situação fundiária da escola; e,
- Trocar experiências, sejam elas exitosas ou não, com outras escolas que se enquadram em situação fundiária similar, a fim de fomentar boas práticas dentro da rede.



# Agradecimentos

Agradecemos à todas as instituições, profissionais e redes de ensino médio que colaboraram para a elaboração deste Plano de Mitigação de Impactos Fundiários em Escolas de Ensino Médio.

- Ministério da Educação – MEC
- Secretaria de Educação Básica – SEB
- Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Básica – DPD
- Coordenação-Geral de Ensino Médio – COGEM
- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD
- Unidade de Gestão do Projeto – UGP
- Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – SEMESP
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- Fundação Cultural Palmares – FCP
- Secretarias Estaduais e Distrital de Ensino Médio – SEE
- Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI



# Referências

BIRD – **Environmental and Social System Assessment (ESSA) – Avaliação do Sistema de Gestão Socioambiental - Programa de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio.** World Bank Group. Data: Out/2017;

BIRD – **Program Appraisal Document (PAD) – Documento de Avaliação de Programa** – Empréstimo Proposto no Montante de US\$250 Milhões à República Federativa do Brasil para Apoio à Reforma do Ensino Médio. Programa - PforR: US\$221 (IBRD 8812-BR) IPF do Projeto: US\$29 (IBRD 8813-BR). Relatório No.: 121673-BR. World Bank Group. Data: 20/11/2017;

BIRD – **Quadro Ambiental e Social.** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, 2017;

BRASIL - **Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017:** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de Agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

FINOCCHIO JUNIOR, José. (2013). **Project Model Canvas.** São Paulo: Editora Campus, 2013. [2] Dresselhaus, B. (2011);

INCRA - **Instrução Normativa nº 107**, de 18 de outubro de 2021 - Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União;

MEC – **Termo de Referência:** Contratar consultor(a) individual especialista em gestão socioambiental para assessorar o Ministério da Educação na gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais associados à execução do Programa de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio e do Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral. Processo nº 23000.004032/2020-3. Secretaria de Educação Básica/ Ministério da Educação – SEB/MEC. Data: 23/09/2020;

MMA - **Instrução Normativa nº 15**, de 18 de maio de 2018 - Dispõe sobre as atividades ou empreendimentos de iniciativa dos povos indígenas em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento Ambiental; e,

PMI. **A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide 7).** Pennsylvania: PMI, 2021 • ADAMS, John, et al Principles of Project Management.





MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

**Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica  
Coordenação-Geral do Ensino Médio**

**Telefone:** 55+ 61 2022-8305

**E-mail:** cogem@mec.gov.br

**Site:** [www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio](http://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio)